

MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR: RESSONÂNCIAS E(M) ESCREVIVÊNCIAS

CAMILA SANTOS PEREIRA

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

ANAMARIA LADEIRA PEREIRA

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

FERNANDO POCAHY

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO: Visando analisar o cenário atual das mulheres negras no meio universitário, buscamos, através da revisão bibliográfica, estudos que mapeiam as configurações contemporâneas dessas trajetórias. Assim, alguns aspectos da situação socioeconômica da população negra brasileira, sobretudo, feminina, passam por uma pontual articulação entre diálogos teóricos e dados estatísticos. Nas escrituras de intelectuais como Lélia Gonzalez, bell hooks e Grada Kilomba, identificamos as barreiras impostas pelo racismo para se alcançar o ingresso, a permanência e o desenvolvimento de carreiras acadêmicas alheias ao eurocentrismo. Concluímos que a existência de mulheres negras professoras e pesquisadoras, nesses espaços, mostra-se como uma forma de resistência e combate à supremacia branca, que insiste em monopolizar os territórios científicos e diversas outras esferas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras. Universidade. Ações Afirmativas. Racismo.

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.*

Conceição Evaristo

PRIMEIRAS TRILHAS ESCRIVENTES

As ações afirmativas raciais e sociais, nas últimas duas décadas, causaram uma grande mudança no cenário universitário no país, dominado, majoritariamente, por pessoas brancas. Sua implementação viabilizou a entrada de milhares de pessoas negras, como estudantes, nesse ambiente do qual por séculos foram sumariamente excluídas. À vista disso, buscamos investigar a repercussão dessa política no âmbito do quadro docente do ensino superior, uma vez que um dos possíveis efeitos do ensino

superior é a formação de docentes e pesquisadoras/es. Apesar de que houve um aumento significativo nos anos de estudos completos pela população negra, segundo as estatísticas, que posteriormente serão apresentadas, permanece a defasagem na contratação de mulheres negras, foco deste artigo. Para melhor mapear quais seriam os elementos que condicionam tal estagnação, os seguintes questionamentos são imprescindíveis: — Qual o reconhecimento intelectual destinado às mulheres negras no território brasileiro? Como um país, cujas medidas de reparação pública ao povo negro, após a abolição da escravidão, foram inexistentes, pôde disseminar a ideia de uma incontestável “democracia racial”? A intenção de tal disseminação falaciosa não seria uma tentativa de apagamento histórico das lutas, revoltas e rebeliões de norte a sul do Brasil, contra a escravidão, ao longo de séculos? Por fim, mas não encerrando as interrogações, como articular um movimento de enfrentamento em espaços arquitetados desde e para a manutenção da supremacia branca? Essas e outras perguntas tecem a posição crítica sobre o ambiente para a investigação e nos movimentam neste ensaio analítico.

Além das ideias que circundam a escrita, o lugar metodológico também necessita de alianças consistentes com a proposta. Destarte, os estudos do feminismo negro, decolonial e das mulheres não brancas, de diferentes áreas, como a literatura, constituem a realização desta esquematização. Posteriormente, analisaremos os dados de institutos nacionais que situam os índices de violência, trabalho e anos de estudos, completando, assim, o olhar macropolítico sobre as diversas vertentes que caracterizam as situações das mulheres negras no Brasil. Da mesma forma, a revisão bibliográfica de trabalhos com o mesmo recorte do projeto também localiza o rumo dos progressos que podemos propor e projetar. A partir desses retratos, investigaremos nos escritos e nas biografias de intelectuais negras como Lélia Gonzalez, bell hooks e Grada Kilomba os enlaces da vida universitária e os atravessamentos em suas atuações políticas e acadêmicas.

Como ilustra o trecho do poema de Conceição Evaristo que abre este texto, compreendemos que as vozes ressignificadas na composição analítica desta pesquisa tratam de ancestralidade e respeito às vivências de mulheres negras. Dessa forma, praticar a *escrevivência*, ou seja, reconhecer a escrita na relação intrínseca com nossas vivências (EVARISTO, 2017b), integra o comprometimento científico com o embate às antigas e conservadoras normas eurocêntricas de produção do conhecimento, estruturais no meio nacional.

HISTÓRIAS QUE ESTÃO PRESENTES

"Não levei a minha filha viva para trazer ela de volta dentro de um caixão" (MENDONÇA; CARVALHO, 2015, p.1), disse a mãe de Rafaela Cristina Souza dos Santos, Carla Silva de Souza. Em 2015, aos 15 anos, a adolescente enfrentou o sucateamento do atendimento hospitalar. Depois de um período de pré-natal em que sua gravidez de risco não foi sinalizada, no aguardado dia em que começou seu trabalho de parto, ela sofreu com a negligência na cirurgia, como relatou sua família. Posteriormente, morreu tentando chegar em um hospital que tivesse uma unidade de terapia intensiva (UTI). A

jovem, alegre e de bem com a vida, como descreveram familiares, foi impossibilitada de conhecer seu filho, Miguel Felipe. Esse não é um caso isolado, as mulheres negras são acometidas pelo dobro da taxa de mortalidade nas internações para parto (FERREIRA, 2018).

Sete anos, no ano de 2021, marcam o assassinato de Claudia da Silva Ferreira, conhecida pelas pessoas mais próximas como Cacau, mãe de quatro filhos, tia, esposa, auxiliar de serviços gerais, 38 anos (GOMES, 2014). Em mais uma manhã de domingo, Claudia saiu para comprar pão para a família. Nesse trajeto, um tiro de um policial perfurou seu corpo. Após o ocorrido, os policiais a jogaram no porta-malas da viatura, o dispositivo abriu e Cláudia foi arrastada por mais de trezentos metros, padecendo de forma extremamente cruel. Até hoje, nenhum dos policiais envolvidos no crime recebeu qualquer tipo de punição. Sua comunidade se uniu em vários protestos contra o acontecido. As notícias sensacionalistas intituladas com a “mulher arrastada”, retirando sua humanidade, não representam os manifestos e a saudade que sua singularidade deixou. Como escreveu Cidinha da Silva (2014), “tudo perde o sentido quando uma mulher negra, moradora de favela, baleada no pescoço, pende de um porta-malas e tem o corpo arrastado pelas ruas do centro do Rio.”

Marielle Francisco da Silva, mais conhecida como Marielle Franco, vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro em 2016, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), mestre em administração pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), filha, irmã, mãe e companheira. Menos de uma semana depois do Dia Internacional das Mulheres, no ano de 2018, juntamente com Anderson Gomes, seu motorista, teve sua vida aniquilada por mandantes ainda desconhecidos. Uma tentativa gritante de calar seu ativismo e engajamento político, compromissado com as denúncias de um Estado corrupto e agenciado pelas milícias. No entanto, sua imagem se multiplicou, a mensagem e representatividade de sua trajetória ecoam nas novas candidaturas, nos projetos e escritos que perpetuam seu legado.

Ágatha Vitória Sales Félix, 8 anos, moradora do Complexo do Alemão, estava voltando para casa com a sua mãe em uma noite de sexta-feira, uma bala marcada atingiu seu corpo. Mesmo que disseminadas pelos veículos midiáticos como “balas perdidas”, tais artifícios são fabricados para atingir quem sofre com a vulnerabilização governamental, quem enfrenta, por causa da cor de sua pele, um processo secular de inferiorização; método este que (re)produz a legitimidade para as forças policiais entrarem nas periferias e vitimizarem as pessoas que cruzam seus caminhos, não importa se é criança, adolescente, gente adulta ou idosa. Ágatha não irá mais brincar nas ruas, sonhar em ser médica, engenheira, bióloga, talvez professora, nem folhear as páginas dos livros infantis e descobrir novas aventuras em universos inimagináveis ou passar o natal com a família. Seu crescimento foi interrompido quando o disparo do policial fez com que todos seus sinais vitais perdessem a atividade. Nessa história, mais um exemplo de impunidade e uma filha que não retornará para sua mãe. Ninguém foi condenado, além das pessoas que vivenciaram a tragédia e seguem vivenciando a ausência de Ágatha.

Como as atrocidades cometidas contra essas existências se relacionam com a realidade do quadro docente brasileiro? Todas as pessoas citadas acima são mulheres negras. Tantas outras, cujos nomes não constam nestes escritos, estão dispostas em um campo de disputas arquitetado para a desistência, um palco minado por abismos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a docência universitária constitui-se por menos de 3% de mulheres negras com doutorado (FERREIRA, 2018b). Sendo assim, como podemos associar a negligência médica e a necropolítica instituída pelo Estado com o inaceitável e baixíssimo índice dessa população nos cargos mais respeitados do meio acadêmico? As estatísticas analisadas, a seguir, evidenciam a(s) realidade(s) da população negra no Brasil, sobretudo, a feminina.

AS SITUAÇÕES DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

As mulheres negras, durante séculos, fizeram parte do contingente de milhões de pessoas africanas sequestradas para a escravização ou descendentes destas. Assim como as mulheres indígenas, elas sofreram com a lógica do terror da colonização com outros atravessamentos, pois “toda situação de conquista e dominação de um grupo humano sobre o outro é a apropriação sexual das mulheres” (CARNEIRO, 2020, p.150). A partir das estratégias de humilhação, os corpos são inferiorizados e extorquidos de suas características humanas.

No mundo das guerras dos homens por poder e controle, quem não corresponde às identidades universalizantes, binárias e hegemônicas, encontra um lugar de subalternização nas sociedades constituídas na continuidade dessas lógicas. Como nos aponta Raúl Moarquech Ferrera-Balanquet (2015), as nomenclaturas de gênero, raça, sexualidade, território e religiosidade ilustram as relações coloniais de opressão disseminadas no continente americano, ou melhor, em Abya Yala. Tendo em vista que, por meio das justificativas da salvação das almas indígenas, através da evangelização, violação e repressão das expressões de gênero não binárias, assim como do desejo sexual, encontram-se os dispositivos de cerceamento a partir da visão do homem branco europeu.

Para articular e viabilizar os enredos de objetificação e empobrecimento da vida humana, utilizam-se os marcadores sociais, como uma estratégia de enfrentamento, para, assim, reivindicar lugares de direito. Nessa busca por ressaltar as posições fabricadas para o sucateamento do cotidiano de pessoas negras, indígenas, LGBTQI+, mulheres e suas intersecções, dados de órgãos públicos, aos quais podemos ter acesso, com suas limitações, elucidam os retratos de disparidades.

As estatísticas relacionadas à população negra evidenciam que o governo brasileiro, em inúmeras instâncias, detém um projeto de necropolítica, ou seja, “formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71). Segundo informações do Atlas da Violência de 2020, referentes ao ano de 2018, “as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada a das mulheres não-negras” (ALVES, 2020, p.13). O encarceramento em massa também exhibe as redes de controle e aprisionamento das corporeidades exteriores à branquitude. No detalhado estudo de Juliana Borges sobre o tema, a pesquisadora investigou que

em números absolutos, 37.380 mulheres estão em situação prisional. (...) No entanto, entre 2006 e 2014, a população feminina nos presídios aumentou em 567,4%, ao passo que a média de aumento da população masculina foi de 220% no mesmo período. (...) Entre as mulheres encarceradas, 50% têm entre 18 e 29 anos e 67% são negras, ou seja, duas em cada três mulheres presas são negras. Há, portanto, um alarmante dado que aponta para a juventude negra como foco de ação genocida do Estado brasileiro (BORGES, 2019, p. 20).

Em outras esferas, como a do trabalho, a desigualdade de gênero e raça também está presente. Informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD de 2019 concluem que a maior taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou no domicílio de parente ocorreu entre as mulheres negras, com uma taxa acima dos 90%. Ao tratar da educação, nota-se que, nesse mesmo ano, “no grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%” (PNAD, 2020, p. 2).

Ainda sobre o sistema educacional, segundo a pesquisa, houve melhoras nos índices dos anos de estudo no ensino básico de pessoas com 25 anos ou mais, de 2016 até 2019, mostrando um aumento nos percentuais para as pessoas pretas e pardas, em todas as regiões do país, mesmo assim com números inferiores aos da população branca. Na análise sobre abandono escolar, entre pessoas de 14 a 29 anos, podemos nos perguntar: não estaria a escola e a sociedade expulsando corpos negros das suas dependências? Os percentuais desse contingente da população nacional que não frequentam a escola com um nível de instrução inferior ao ensino médio, segundo cor ou raça é de 27,3% pessoas brancas para 71,7% pessoas pretas ou pardas (PNAD, 2020, p.10). Ao olharmos para o ensino superior, as desigualdades raciais permanecem, posto que identificou-se na população nacional que “37,9% das pessoas brancas de 18 a 24 anos estavam estudando, sendo 29,7% no ensino superior, frente a uma taxa de escolarização de 28,8% das de cor preta ou parda, com apenas 16,1% cursando uma graduação” (PNAD, 2020, p. 9).

Tal cenário de segregação observa-se, por conseguinte, em relação aos salários. As discrepâncias referentes ao recebimento, com base nos cruzamentos entre raça e gênero, demonstram como as mulheres negras sofrem uma imensa defasagem na distribuição de renda. Segundo o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil” (2019):

Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações) (IBGE, 2019, p. 3).

Essas estatísticas mostram que, muito embora a população negra esteja completando mais anos de escolaridade, ao tratarmos do mercado de trabalho e educação não há qualquer dado que possa representar que vivemos em uma democracia racial, pelo contrário. A partir dessa breve apresentação de dados nacionais sobre as condições da população negra, em especial das mulheres negras, muitas interrogações surgem no sentido de direcionar a atenção para outras magnitudes de suas existências. Principalmente, ao reconhecer que o lugar das estatísticas desenha um espaço de imobilidade estrutural em relação aos trânsitos pulsantes. Como é possível sonhar sem esbarrar nos obstáculos que a cor da pele e identidade de gênero, (re)produzidos pelas classes dominantes, constroem? Quais são as estratégias para combater o racismo institucional que podem ser adotadas sem abdicar do bem-estar de si?

A enunciação, enquanto uma acadêmica negra, põe em situação de insurgência as condições encarcerantes de objetificação enfrentadas por mulheres não brancas, especialmente, levando em consideração que “o racismo, o ceticismo e a exclusão social a que as mulheres negras estão submetidas se potencializam e se retroalimentam para mantê-las numa situação de asfixia social” (CARNEIRO, 2020, p. 281). Contudo, na trajetória de intelectuais que não apagam as desigualdades e percursos tumultuosos de dor, estão publicadas as produções científicas, a sabedoria e ancestralidade negras, conteúdos que possibilitam nos mantermos vivas.

UNIVERSIDADES, AÇÕES AFIRMATIVAS E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

As escolas e as universidades integram uma estrutura fundamental na constituição das sociedades contemporâneas. O surgimento da escola, de acordo com as éticas de ensino republicanas do acesso universal, público e do quadro funcional como conhecemos hoje, originou-se, aproximadamente, em meados do século XX, com o propósito de revestir os interesses burgueses com uma suposta civilidade (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992). Dessa forma, a governança sobre a infância e a juventude passa por novas configurações. No âmbito da instituição universitária, compreendemos que trata-se de

uma criação específica da civilização ocidental, que teve, nas suas origens, um importante papel unificador da cultura medieval e que, posteriormente, ao longo do século XIX, redefinida em suas atribuições e em seu escopo, exerceu, também, um papel significativo no processo de consolidação dos Estados nacionais (MENDONÇA, 2000, p. 132).

Após localizarmos essas prerrogativas, entendemos que os desdobramentos das relações sociais de poder e dominação de determinadas sociedades engendram posições, embates e o ingresso nesses institutos, ou seja, a cultura incide, diretamente, nos arranjos que estabelecem o funcionamento dessas organizações educacionais. Por conseguinte, confere legitimidade sobre o conhecimento que se produz (e de que forma e por quem se produz) de uma nação. Os dispositivos racistas, heterocisnormativos,

capacitistas e sexistas permeiam os cruzamentos e normas que orientam nossas vivências nas universidades, visto que estas são atravessadas por temas que sofrem regulações, controle ou tutela desde inúmeras instâncias. Por exemplo, o movimento contra as ações afirmativas raciais no começo dos anos 2000. Diversos debates aconteceram nas esferas públicas, em eventos acadêmicos e programas midiáticos, expondo as caras lavadas da branquitude, ansiosas pela manutenção da supremacia branca e distinção, isto é, o ingresso maciço no ensino superior. Desse modo, ilustraram as tentativas de dominação e regulação das realidades, com argumentos enganosos como a “preocupação com a qualidade do ensino”. Na verdade, seguem impondo barreiras, impedindo a milhões de pessoas não pertencentes ao seu grupo racial o acesso à educação e a reparação histórica de direito.

Sob a luz dos estudos de Nilma Lino Gomes (2017), refletimos a respeito do potencial educador do Movimento Negro na construção coletiva de políticas públicas afirmativas. Por meio destas, ocorrem mudanças estruturais no sistema universitário do país, o que leva a transformações no meio social como um todo. Portanto, se faz necessário pensar no aumento e na elaboração de políticas de permanência, por exemplo, para a população negra e indígena. À vista disso, essas articulações proporcionam novas perspectivas sobre ensino superior, educação pública e justiça social. Esses cenários desenham um combate direto ao que chamamos de supremacia branca, uma ideologia criada para assegurar os privilégios da população branca e que parte do princípio racista de superioridade natural em relação a todas as demais populações. Tal ideologia independe de inclinação política, dado que pessoas brancas de direita e de esquerda a reproduzem ao se relacionarem com pessoas negras e não brancas em sociedades racistas (hooks, 2019).

Essa percepção e relação, segundo bell hooks (2019), permeadas por prerrogativas de opressão e exploração (re)produzidas de maneiras diversas, são estruturantes em nosso corpo social. No Brasil, o apagamento e a negação de relações racistas constituem obstáculos a serem enfrentados para superarmos tais problemáticas. Precisamos, urgentemente, arquitetar melhores caminhos para resolver iniquidades, como as referentes à renda, posto que “as pessoas brancas ganham cerca de 45% a mais do que as de cor ou raça preta ou parda” (IBGE, 2019, p. 4). Em razão disso, ao tratarmos do racismo, é imprescindível tratarmos da supremacia branca.

Em 1988, cem anos após a tal abolição da escravatura, 79,4% da ocupação trabalhista das mulheres negras encontrava-se em trabalhos manuais. “Destas, 51% são empregadas domésticas e 28,4% trabalham como lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes etc.” (CARNEIRO, 2020, p. 128). Quais seriam os argumentos para justificar tamanha exclusão dessa população de outros cargos? Esforço, vontade, habilidade? Quem sabe a explicação está nas chamadas de entrevistas de emprego que exigiam “boa aparência”, o que significava o mais próximo possível do branqueamento, excluindo ou desvalorizando as candidaturas de pessoas não brancas? No elenco de justificativas para a desqualificação das cotas raciais, um discurso imperou: “vivemos em uma democracia racial, não devemos categorizar, racialmente, a população brasileira”. Mas não estaria essa proclamada “população unida” fragmentada a contar da invasão portuguesa no território desde o século XVI? A base para essas alegações, inclusive com referenciais científicos para fundamentar essa “verdade”, situa-se na imaginada, pelas classes dominantes, “democracia racial”. O intelectual Abdias Nascimento nos alerta

sobre esse fenômeno, pois

devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país (NASCIMENTO, 1978, p. 93).

Fundamentada por essas lógicas, a objetificação das pessoas negras encontra-se nos símbolos de erotismo, servidão ou entretenimento. Buscamos nas origens escravistas alguns dos indícios dessa realidade nacional, pois “a escrita do indígena e dos corpos femininos africanos escravizados como os instrumentos do desejo português tornam produtiva a violência que cria o sujeito brasileiro” (SILVA, 2006, p. 78). Para as mulheres negras, ao descrever a violência simbólica que ocorre durante o carnaval, Lélia Gonzalez pontua:

o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade (1984, p. 228).

E essa relação está calcada nas categorias colonizadoras destinadas às mulheres negras: a “mulata” e a doméstica, esta que também incluiria a noção de mãe preta, denominações ligadas à hipersexualização e à servidão (GONZALEZ, 1984). Esses estereótipos (de)limitam as possibilidades de valorização intelectual das mulheres negras.

Depois de anos de lutas, a implementação das cotas raciais iniciou-se na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2003. Ao longo da década, as discussões permaneceram, principalmente, com caráter regional, em razão da adoção dessa medida, de forma gradual, no território nacional. Após nove anos de sua primeira aplicação, foi promulgada a lei federal nº 12.711/2012, estabelecendo para todas as universidades e os institutos federais as ações afirmativas sociais e raciais. Mesmo com uma proposta significativa para transformar o cenário acadêmico do Brasil, muitos assuntos ainda são escanteados quando falamos dessa mudança. Os programas de permanência ainda precisam de ampliação e maior atenção por parte dos investimentos governamentais. Não por acaso, a situação do ensino superior segue cambaleando na linha do sucateamento do (des)governo atual. Quando as pessoas de baixa renda econômica ocupam, por direito, os lugares estabelecidos pelos grupos abastados, a quem assustam? As faces amedrontadas da burguesia tentam constantemente barrar as proposições e análises que urgem destaque. Porém, ao mesmo tempo, movimentos de resistência reafirmam o ensino público democrático e de qualidade, socialmente referenciado.

Interpretamos, por conseguinte, o racismo institucional como um processo que

PEREIRA, C. S.; PEREIRA, A. L.; POCAHY, F.

“não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça.” (ALMEIDA, 2020, p. 37). É um dos mecanismos que permite a continuidade da ínfima representatividade de mulheres negras como docentes da graduação e pós-graduação. Infelizmente, essa lacuna também verifica-se em outras áreas, como, por exemplo, nos cargos políticos.

Ao discorrer sobre os comentários e reações negativas, com um viés racista, com os quais a então governadora do Rio de Janeiro, no ano de 2002, Benedita da Silva, se defrontou quando escolheu sete pessoas negras para constituir sua equipe do secretariado, em um total de 36 vagas, Sueli Carneiro dissecou a argumentação institucionalizada para a exclusão racial:

A excelência e a competência passam a ser percebidas como atributos naturais do grupo racialmente dominante, o que naturaliza sua hegemonia em postos de mando e poder. Nunca ouvimos alguém se levantar, além da minoria de mulheres feministas ou militantes negros, quando o secretariado é composto em sua totalidade por homens brancos. Encara-se como natural. Não se coloca em questão se a competência ou a qualificação técnica foram devidamente contempladas nas nomeações (CARNEIRO, 2020, p. 280).

Essas e outras questões compõem uma trajetória árdua para a efetivação de uma ocupação importante e de reconhecimento científico, a da docência. Portanto, nas vozes e estudos sobre esse contingente, um melhor mapeamento poderá ser elaborado.

MULHERES NEGRAS NAS UNIVERSIDADES

Jocelina da Silva apresenta pesquisas aprofundadas ao longo dos anos sobre o acesso e permanência de docentes negras no Ensino Superior. Em um dos seus trabalhos, tendo como fonte a Base do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), exhibe os resultados da busca por mulheres negras doutoras e professoras nessas instituições, assim, produz conclusões a partir das 249 listadas na base nacional até o ano de 2005 (SILVA, 2010). Também nos mostra que, por pouca diferença, os homens negros estão em maior número nessa profissão. Nos diferentes campos do conhecimento foi possível observar uma discrepância nas afiliações, pois cerca de cem professoras negras estão vinculadas às Ciências Humanas, apresentando, assim, uma concentração expressiva em comparação com outras áreas (SILVA, 2010).

Em parceria com Maria Simone Euclides, Silva (*op. cit.*) promove um diálogo sobre os resultados da investigação, analisando conjuntamente as estatísticas e as entrevistas acerca das docentes do Rio de Janeiro e do Ceará, em instituições públicas. Após essas trocas, concluem que

quanto ao caráter político da presença e atuação de mulheres negras nos espaços universitários, o fato de “ascender” e se tornar uma professora universitária não as torna distantes do coletivo ou o desconhecimento das relações conflituosas de raça, sexo e classe. Pelo contrário, a ascensão as leva a estabelecer cada vez mais elos

de aproximação diante de investigações do porquê tais questões ainda não foram solucionadas (SILVA; EUCLIDES, 2018, p. 57).

No ensino privado, temos nas contribuições de Maria Aparecida dos Santos Crisostomo e Marcos Antonio dos Santos Reigota (2010) outros indicativos de similar relevância. Por exemplo, a ascensão social por meio dos anos de estudos aparece como uma motivação em seus domicílios; destaque para as origens de baixa renda monetária das composições familiares das entrevistadas atuantes no estado de Santa Catarina. Nos discursos proferidos pelas professoras, chama a atenção que “a ênfase dada à escolarização das filhas pode ser uma estratégia encontrada por essas famílias para o enfrentamento das discriminações raciais, de gênero e preconceito.” (CRISOSTOMO; REIGOTA, 2010, p. 101). Nessa perspectiva, observamos a importância da educação como um caminho para a mobilidade social.

Em relação aos estudos quantitativos nacionais mais aprofundados e direcionados para determinadas áreas do conhecimento e comparativos entre regiões, com base em cruzamentos entre raça e gênero, por exemplo, ainda dependemos de pesquisas específicas. Apesar de haver um documento governamental direcionado para trabalhar com o tema do ensino universitário, o Censo da Educação Superior (INEP) ainda deixa a desejar em matéria de publicizar informações de maneira mais ampla e acessível. Embora realizada há vinte anos, a pesquisa de Delcele M. Queiroz (2001), *O Acesso ao Ensino Superior: gênero e raça*, realizada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), ao comparar e cruzar os dados sobre estudantes da graduação em relação à autodeclaração racial e ao gênero, observa condições similares às que identificamos acerca da distribuição salarial em documentos atuais, apresentados anteriormente, visto que:

[a] condição racial segundo o gênero mostra que os homens são maioria em quase todos os contingentes raciais, o que não surpreende, em se tratando de uma população predominantemente masculina. Apenas no segmento branco as mulheres têm presença superior à dos homens. No contingente preto, está a maior distância relativa entre homens e mulheres, o que aponta não somente para a desvantagem dessas com relação ao seu grupo racial, como evidencia a sua distância da situação das mulheres brancas (QUEIROZ, 2001, p. 178).

Na mesma pesquisa, a autora nos elucida que as áreas em que as mulheres negras estão mais presentes, na graduação, são as de menor concorrência e prestígio social, em geral, as licenciaturas (QUEIROZ, 2001). Como vimos nos índices anteriores, as relações entre raça, gênero e classe estão intrinsecamente conectadas. A pesquisa de Rebeca Contrera Ávila e Écio Antônio Portes, *A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos* (2012), aponta para constatações semelhantes em relação à escolha da área de formação, ou seja, as menos procuradas, e a questão da classe social, conseqüentemente, também como um reflexo racial. Durante as entrevistas realizadas, constataram que “todas as mulheres percebem que essa tríplice jornada lhes impõe limitações que as impedem de

ter uma imersão total em todos os segmentos de trabalho” (ÁVILA; PORTES, 2012, p. 816). Assim, os dados exemplificam a disparidade racial com o atravessamento de gênero na entrada e permanência em um curso de graduação, logo no ingresso na docência universitária.

Ao analisar a Universidade Federal de Santa Catarina, a pesquisadora Azânia Mahin Romão Nogueira nos proporciona uma pesquisa realizada a partir dos seguintes departamentos da universidade: o Centro de Ciências Biológicas (CCB); o Centro de Ciências da Educação (CED); o Centro de Ciências da Saúde (CCS); o Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM); o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); o Centro de Comunicação e Expressão (CCE); o Centro de Desportos (CDS); o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH); o Centro Socioeconômico (CSE); o Centro Tecnológico e o Centro de Ciências Agrárias (CCA). Dentro dessas divisões, a autora ressalta que no “Centro de Ciências Jurídicas [...] 38% dos docentes são mulheres, que somam 16 professoras, [sendo o] único centro do campus [onde] não foram identificadas professoras negras.” (NOGUEIRA, 2017, p. 8). A pesquisadora também identificou que “em nenhum dos centros essas professoras [negras] representam mais do que 2,5% do corpo docente presente e a maior representação numérica em relação ao total de professoras nos centros não passa de 7%” (NOGUEIRA, 2017, p. 8).

Ainda que direcionados para determinadas instituições, esses dados nos possibilitam relacionar o quanto as estatísticas em nível nacional são (re)produzidas de maneira localizada. A defasagem no reconhecimento intelectual e a desigualdade quanto ao tempo de dedicação disponível para mulheres negras permanecem. A seguir, articulamos com vozes já consagradas, em particular em estudos de pessoas negras, como vislumbrar em histórias de resiliência outras possibilidades de superação desses obstáculos. Suas caminhadas também nos inspiram com a contundência de seus escritos.

INTELECTUAIS NEGRAS: VOZES QUE IMPORTAM

Os percursos demonstrados por essas pesquisas encontram outra voz quando o olhar direciona-se para intelectuais negras, que, através dos seus trabalhos e ativismo, viabilizam a inspiração de milhares de pessoas. bell hooks transmite uma incalculável influência neste trabalho e nos estudos feministas, decoloniais e do movimento negro. Essa visibilidade, em atrasada ascensão no nosso território, pavimentou-se com muitas dificuldades e dilemas para a autora estadunidense. Primeiramente, a família de hooks se mostrou contrária à sua mudança para um lugar distante de sua comunidade, quando foi aprovada para a graduação na Universidade de Stanford. hooks (2019) compreende os significados que a distância e a integração em um espaço majoritariamente branco causaram em seu pai e sua mãe. Aquela mudança poderia simbolizar o afastamento dos valores e da identificação com as suas próprias origens sociais. A partir do ingresso no ensino superior, percebeu que o entusiasmo era visto como um sentimento estrangeiro naquele ambiente, porém, dessas vivências aproveitou noções fundamentais para as suas práticas de ensino.

A reflexão crítica sobre minha experiência como aluna em salas de aula tediosas me habilitou a imaginar não somente que a sala de aula poderia ser empolgante, mas também que esse entusiasmo

poderia coexistir com uma atividade intelectual e/ou acadêmica séria, e até promovê-la (hooks, 2017, p. 17).

Todavia, sua visão precursora e corporeidade não passaram despercebidas pelas censuras. Em sua trajetória como professora da graduação, os comentários repletos de desmerecimento ao seu trabalho como intelectual, especialmente pela linguagem acessível que traduz em suas produções, também foram motivados por um julgamento racializado. bell hooks constatou e sentiu na pele o racismo reproduzido por docentes brancos através da concepção de que estudantes negras e negros não eram inteligentes o suficiente para estarem ali. “Enquanto essas opiniões racistas e machistas raras vezes são afirmadas diretamente, a mensagem era transmitida por meio de várias humilhações direcionadas aos estudantes para envergonhá-los e quebrar seu espírito.” (hooks, 2019, p. 128). Tal afirmação conversa com a obra de Grada Kilomba, *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), em que a autora explicita a não neutralidade da universidade, pois “é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras.” (p. 50). A articulação para “quebrar o seu espírito” foi descrita em sua pesquisa quando lembra da inscrição do seu projeto de doutorado em uma universidade da Alemanha. O requerimento exacerbado de outros certificados, traduções, na verdade desnecessários, findaram em uma nova exigência, a realização de um teste de proficiência, igualmente não obrigatório. Um longo e injusto processo que trouxe muita angústia. Tempo que só foi possível investir em razão da sua nacionalidade portuguesa, pois, como cidadã de um país da União Europeia, pôde prolongar, sem grandes empecilhos, sua estadia na Alemanha. Mesmo dentro da instituição, os casos de racismo não cessaram, como ela discorre em seu relato:

A primeira vez que visitei a biblioteca de psicologia da Universidade Livre de Berlim, logo na entrada, quando eu estava passando, fui chamada de repente por uma funcionária *branca*, que disse em voz alta: “Você não é daqui, é? A biblioteca é apenas para estudantes universitárias/os!” Perplexa, parei. No meio de dezenas de pessoas *brancas* circulando “dentro” daquele enorme recinto, eu fui a única parada e verificada na entrada. Como ela poderia saber se eu era “de lá” ou de “outro lugar”? Ao dizer “só para estudantes universitárias/os”, a funcionária da biblioteca estava me informando que o meu corpo não foi *lido* como um corpo acadêmico (KILOMBA, 2019, p. 62 – grifos da autora).

Esse episódio ilustra como os corpos negros formam-se nas universidades na posição de outridade. Os olhares brancos insistem em rejeitar a humanidade e intelectualidade da população negra. A exemplo dessa realidade, vislumbramos a ausência do reconhecimento da contribuição de autoras como Beatriz Nascimento, essencial para a discussão sobre os quilombos/kilombos, e Lélia Gonzalez, simplesmente ignorada nos planos de ensino das universidades brasileiras; circunscrita apenas aos grupos de estudos de negritude. Suas realizações, apesar de abafadas há décadas pela supremacia branca, têm alcançado novas publicações e olhares através da luta de várias mulheres negras na atualidade.

Ícone das ciências humanas brasileiras, a mineira, historiadora, antropóloga, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado e do Coletivo de Mulheres Negras Nzinga, entre tantas outras características, Lélia Gonzalez nos presenteou com escritos insurgentes e insubstituíveis para o pensamento crítico sobre as relações sociais do país e da América Latina, como a própria denominou (GONZALEZ, 2020). A sua caminhada acadêmica também carrega determinadas singularidades. Lélia atuou em diversas instituições de ensino, inclusive, como professora universitária, algo raríssimo para a época, na década de 1960. O trânsito nos corredores acadêmicos inscreveu Gonzalez nos parâmetros do embranquecimento; utilizava uma peruca lisa, roupas segundo os códigos normativos e postura de acordo com as regras dos estabelecimentos. Posteriormente, começa a busca por sua identidade, questionando o seu lugar de fala e posição social (RATTS; RIOS, 2010). Dessa forma, começa um novo capítulo em sua vida e o Brasil ganha uma pensadora célebre. Lélia Gonzalez nos mostrou como é possível aliar o envolvimento político com o intelectual. Produziu dezenas de textos contundentes, foi convidada para diversos eventos ao redor do mundo, candidatou-se a cargos políticos, participou em inúmeras manifestações sociais a favor dos direitos das pessoas negras, mulheres, LGBTQI+, ou seja, é uma figura ímpar que merece celebração. Além disso, influencia o trabalho de contemporâneas como Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e muitas outras.

Nessa resumida apresentação de como as mulheres negras tornam-se sujeitos nas universidades, tratamos de um percurso árduo e impregnado pelas lógicas racistas. Mesmo assim, nas obras que muitas delas produziram e produzem, vemos as denúncias que não podem ser silenciadas. Na pluralidade de seus versos e práticas cotidianas, ficamos com a inspiração, o chamamento para construir e apontar outras trilhas que podemos percorrer para um meio mais democrático e com equidade.

SÍMBOLOS PARA UM NOVO COMEÇO

Nossa aposta com as *escrevivências*, que aqui cartografam a produção estrutural do racismo brasileiro, não se resume a descrever a fragmentação e desmantelamento das realidades das pessoas negras; desafia a lógica branca em segmentar em estigmas as mais plurais experiências, que se entrelaçam em diversos cotidianos. Desse modo, destacamos, das mazelas estruturais do racismo brasileiro, a concepção mais ampla de ensino e os ideais regulatórios de gênero, bem como refletimos sobre quais e como são estabelecidos os discursos que constituem a construção da carreira de mulheres negras docentes da graduação e pós-graduação.

Essa tarefa é inacabável e passa por diferentes dimensões cotidianas, pois, para alcançar tamanho patamar, faz-se necessário encarar histórias de mulheres negras que foram/vêm sendo alvos do racismo entranhado em diversas esferas políticas, econômicas e sociais desde os primórdios da *terra brasilis*. Racismo que, diariamente, violenta e mata. Mas não (nos) cala.

Nas vozes das mulheres negras ganhamos vida. Impacto sentido não somente por outras mulheres negras, mas sim por todas as pessoas que, de alguma forma, sofrem com os atravessamentos que subalternizam suas existências. O trabalho intelectual dessa população para expor e enfrentar as iniquidades do mundo não se transpõe nas estatísticas inumanas que os Estados neoliberais persistem em manter e atualizar. Por

essa razão, na universidade, na música, na literatura e em qualquer outra área, mulheres negras são resistência.

Artigo recebido em: 24/02/2021
Aprovado para publicação em: 14/10/2021

BLACK WOMEN IN HIGHER EDUCATION: RESONANCES AND/IN ESCREVIVÊNCIAS

ABSTRACT: In order to analyze the current scenario of black women in the university environment, studies that map the contemporary configurations of these trajectories are sought through bibliographic review. Thus, a few aspects of the socioeconomic situation of the black Brazilian population, especially women, undergoes a meticulous punctual articulation between theoretical dialogues and statistical data. In the *escrevivências* of intellectuals such as Lélia Gonzalez, bell hooks and Grada Kilomba, we identified the barriers imposed by racism to achieve entry, permanence and the development of academic careers outside eurocentrism. We conclude that the existence of black women as teachers and researchers, in these spaces, is shown as a form of resistance and confrontation to white supremacy, which insists on monopolizing scientific territories and many other social realms.

KEYWORDS: Black Women. University. Affirmative Action. Racism.

MUJERES NEGRAS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: RESONANCIAS Y/EN ESCREVIVÊNCIAS

RESUMEN: Para analizar el escenario actual de la mujer negra en el ámbito universitario, se buscan estudios que mapeen las configuraciones contemporáneas de estas trayectorias a través de la revisión bibliográfica. Así, algunos aspectos de la situación socioeconómica de la población negra brasileña, especialmente de las mujeres, experimentan una articulación puntual entre los diálogos teóricos y los datos estadísticos. En las *escrevivências* de intelectuales como Lélia González, bell hooks y Grada Kilomba, identificamos las barreras que impone el racismo para lograr el ingreso, la permanencia y el desarrollo de carreras académicas fuera del eurocentrismo. Concluimos que la existencia de mujeres negras como docentes e investigadoras, en estos espacios, se muestra como una forma de resistencia y enfrentamiento a la supremacía blanca, que insiste en monopolizar territorios científicos y varios otros ámbitos sociales.

PALABRAS CLAVE: Mujeres Negras. Universidad. Acción Afirmativa. Racismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

PEREIRA, C. S.; PEREIRA, A. L.; POCAHY, F.

ALVES, P. P.; *et al.* **Atlas da violência 2020**. Brasília: Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10214/1/AtlasViolencia2020.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2021.

ÁVILA, R. C.; PORTES, E. A. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 809-832, 2012.

BORGES, J. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CRISOSTOMO, M. A. S; REIGOTA, M. A. S. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 15, n. 2, p. 93-106, 2010.

EVARISTO, C. **Poemas de recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVARISTO, C. **Becos da Memória**. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017b.

FERREIRA, L. Mães mortas: onde falha o sistema de saúde que negligencia a vida das mulheres negras. **Gênero e número**, 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/racismo-mortalidade-materna/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

FERREIRA, L. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. **Gênero e número**, 2018b. Disponível em: <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

FERRERA-BALANQUET, R. M. Navegar rutas eróticas decoloniales rumbo a relatos ancestrales karibeños. **Andar erótico decolonial**. Raúl Moarquech Ferrera-Balanquet [*et al.*] Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2015.

GOMES, C. M. Claudia Silva Ferreira, 38 anos, auxiliar de limpeza, morta arrastada por carro da PM. **Blogueiras feministas**, 2014. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2014/03/18/claudia-silva-ferreira-38-anos-auxiliar-de-limpeza-morta-arrastada-por-carro-da-pm/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Luiz Antônio Silva (Org.). **Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos**. Brasília: Anpocs (Ciência Sociais Hoje, 2), 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS; F.; LIMA; M. (orgs.) Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. - 2 ed. - São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, B. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica**, v. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acesso em: 17 out. 2021.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. **Revista brasileira de educação**, n. 14, p. 131-150, 2000.

MENDONÇA, A. V.; CARVALHO, J. 'Levei minha filha viva e trouxe caixão', diz mãe de grávida morta no Rio. **G1**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/levei-minha-filha-viva-e-trouxe-caixao-disse-mae-de-gravida-morta-no-rio.html>. Acesso em: 24 fev. 2021.

MULLER, M. L. R. A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na primeira república. **Interfaces da Educação**, v. 5, n. 14, p. 68-81, 2015.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, A. M. R. O lugar das professoras negras na Universidade Federal de Santa Catarina. In: MUNDOS DE MULHERES & FAZENDO GÊNERO, 2017, Florianópolis, **Anais eletrônicos Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**. Florianópolis, v. 13, 2017. p. 1-12. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499469299_ARQUIVO_FazendoGenero2017.pdf. Acesso em 17 out. 2021.

PNAD, IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: Educação 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em:

PEREIRA, C. S.; PEREIRA, A. L.; POCAHY, F.

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 24 fev. 2021.

QUEIROZ, D. M. O acesso ao ensino superior: gênero e raça. **Caderno CRH**, v. 14, n. 34, 2001.

RATTS, A; RIOS, F. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SILVA, D. F. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, p. 61-83, 2006.

SILVA, J. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 19-36, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n1p19/17811>. Acesso em: 24 fev. 2021.

SILVA, J; EUCLIDES, M. S. Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 70, p. 51-66, jul./ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602018000400051&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 fev. 2021.

SILVA, C. Quando a palavra seca. **Blog**: Cidinha da Silva. Disponível em: <http://cidinhadasilva.blogspot.com/2014/03/quando-palavra-seca.html>. Acesso em: 24 fev. 2021.

VARELA, J; ALVAREZ-URIA, F. A maquinaria escolar. **Teoria e Educação**, São Paulo, v. 6, 1992, p. 68-96.

CAMILA SANTOS PEREIRA: Bolsista do Mestrado Nota 10 – FAPERJ. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Especialista em Orientação Educacional (UNIASSELVI). Licenciada em Ciências Sociais (UFRGS). Integrante do geni - estudos de gênero e sexualidade e do GEETRANS - Grupo de Estudos em Educação e Transgressão.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6149-0520>
E-mail: fycamila@gmail.com

ANAMARIA LADEIRA PEREIRA: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Integrante do geni - estudos de gênero e sexualidade e no Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros (DEGENERA), ambos na UERJ. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Master em Educação de pessoas adultas pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB).
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1459-3508>

E-mail: anamariatudojunto@gmail.com

FERNANDO POCAHY: Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (PPGPS), vinculados ao Centro de Humanidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2, Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) e Procientista (UERJ-FAPERJ). Líder do *geni - estudos de gênero e sexualidade*.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7884-4647>

E-mail: fernando.pocahy@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).